

Conselho de Ministros

Ultimato aos camionistas que bloqueiam as instalações da SECIL: o prazo termina ao meio dia de amanhã

Novos avales à Imprensa estimados no valor de 29.720 contos

O Conselho de Ministros, que ontem reuniu em S. Bento, decidiu recomendar à administração da Companhia de Cimentos Secil "a imediata suspensão de quaisquer conversações com os camionistas responsáveis" pelo bloqueio às instalações daquela unidade fabril, os quais procuram "assegurar a continuação das manobras es-

peculativas em que têm estado envolvidos".

A medida agora decidida, em resolução especial do Conselho de Ministros, adianta que será concedido àqueles motoristas um prazo para abandono do local, que expirará às 12 horas de amanhã, após o qual será ordenada a "desobstrução coerciva", e "com envol-

vimento de meios convenientes, responsabilizando os camionistas obstrutores pelas consequências das acções que se revelarem necessárias", acto pelo qual serão, em si, responsabilizados.

O plenário ministerial decidiu,

O plenário ministerial decidiu, também, esclarecer o público "sobre o infundado das reivindicações dos camionistas envolvidos e sobre a natureza ilícita dos seus

Continua na pág. 24



O ex-rei Humberto de Itália foi a individualidade mais notada durante a recepção dada ontem na Embaixada da Austrália em Lisboa, para assinalar o Dia Nacional daquele país. Na foto vê-se o diplomata vienense em ameno diálogo com o antigo soberano, enquanto em primeiro plano é visível o interesse de outra conversa, em que um dos interlocutores é o embaixador polaco



JORGE CAMPINOS: «Não respeitaríamos nem o espírito nem a letra da Constituição se caíssemos em pleno num regime parlamentar puro»

Um livro polémico provoca intervenção parlamentar

A força da calúnia não pode sobreviver nem resistir à força da verdade

— afirmou o deputado (PS) José Luís Nunes

Ontem, no período de "antes da ordem do dia" da sessão da Assembleia da República, o deputado pelo Partido Socialista, José Luís Nunes, proferiu o seguinte discurso a propósito do assassinato de Humberto Delgado e do livro "Acuso", de Henrique Cerqueira, recentemente editado em Lisboa:

"Sr. Presidente, srs. Deputados: Em 13 de Fevereiro de 1965 apareceu, em Vila Navea del Fresno, em Espanha, o cadáver do general Humberto Delgado candida-

«Henrique Cerqueira qualificou-se perante o povo português, como aquilo que é: um baixo caluniar, um provocador, um fascista e um reaccionário»

to à Presidência da República em 1958, conhecido do povo português como o "General sem medo". Nessa data, as forças democráticas e antifascistas portuguesas, puseram à cabeça das suas reivindicações o esclarecimento deste crime nefando e infame, tão grave, tão reles e tão repugnante como aqueles que, no passado, vitimaram Mat-

teoti e, no nosso passado próximo, Patrice Lumumba e tantos outros. Nessa mesma altura, o dr. Mário Soares, advogado na barra de Lisboa, assumiu o pesado encargo de ser o advogado da família do general Humberto Delgado e de, pelos meios judiciais competentes, pôr à luz do dia os no-

tos, no nosso passado próximo, Patrice Lumumba e tantos outros.

Nessa mesma altura, o dr. Mário Soares, advogado na barra de Lisboa, assumiu o pesado encargo de ser o advogado da família do general Humberto Delgado e de, pelos meios judiciais competentes, pôr à luz do dia os no-

(Continua nas centrais)

Aumentou para 18 contos o imposto sobre veículos a gasóleo

• A taxa passa apenas a incidir sobre ligeiros e mistos particulares

Por se considerar que exercem uma "função sócio-económica" os veículos de transporte público de passageiros e de mercadorias e particulares de mercadorias ou de transporte de passageiros que funcionam a gasóleo foram todos isibados do pagamento do imposto de compensação. Assim, este imposto que foi fixado em 18 mil escudos, anuais, passará apenas a ser pago pelos proprietários de veículos ligeiros de

passageiros e ligeiros mistos de serviço particular. "que utilizem carburantes ou combustíveis normais ou de substituição, não sujeitos aos mesmos impostos que oneram a gasolina". Debatida durante as reuniões do Conselho de Ministros que determinaram o aumento do preço do gasóleo, para seis escudos por litro, esta questão foi entretanto consignada através da aprovação, na reunião do passado dia 15 de

Continua na pág. 24

Transportes públicos: mais caros 25 por cento

A população vai sentir no bolso a partir da próxima segunda-feira, a decisão já tomada do agravamento em 25 por cento do preço das tarifas dos transportes públicos. Como noticiámos ontem os selos mensais dos passes sociais da Carris passarão também a custar no próximo mês 275 escudos. o Governo entretanto estuda a

Continua na pág. 24

Damião Peres um dos maiores vultos da Cultura Portuguesa faleceu ontem

(pág. 24)



Prof. Damião Peres

Há sete anos

Pelos fins de Outubro de 1969 (mais precisamente a 26), viveu-se em Portugal a primeira experiência relativamente séria de eleições legislativas, desde há longos anos. Recordar esse momento da vida nacional não pode deixar de constituir ocasião de sérias reflexões para todos os portugueses empenhados na acção política.

Como membro de uma das listas de oposição ao "regime", a da Comissão Eleitoral Monárquica,

Por Henrique Barrilero Ruas

recordo esse tempo de inquietação e esperança, em que foi possível a muitos portugueses de ideologias divergentes sentirem-se companheiros de luta. Seja-me lícito trazer para aqui alguns passos do último Comunicado da CEM, que a Censura do tempo friamente cortou, mas veio a ser publicado no volume "póstumo" "Dossier da CEM, em 1973.

"Juntamente com outras correntes de opinião, a CEM provou praticamente que é possível em Portugal o pluralismo político. Juntamente com as mesmas correntes e por culpa do regime que entre nós se mantém, provou também que esse pluralismo só é possível porque muitos portugueses atingiram a maturidade política pronta a afirmar-se, com inteligência e generosidade, perante a incompreensão dos poderes públicos. Foi ainda simultaneamente com outros agrupamentos políticos que a CEM defendeu insistentemente as liberdades políticas e as liberdades reais indispensáveis ao homem moderno. Na defesa dessas liberdades, encontrou-se a Lista

(Continua nas centrais)

Democracia, juventude coragem e serenidade

Assistimos ontem, admirados e perplexos, a estranhas atitudes de alguns dos nossos prezados colegas de Informação.

O prof. Vitorino Nemésio disse-nos, um dia, numa das suas curiosas reflexões, esplendorosamente apoiadas por uma cultura invulgar, e na sequência de uma análise quanto a hipóteses de saídas democráticas para a grave crise político-económica em que vivemos, que a recuperação por qualquer via democrática seria pouco provável dada a nossa propen-

são histórica para soluções personalistas.

Tínhamos como povo — dizia-nos o professor — uma tendência congénita para o messianismo (lembrou-nos o sebastianismo que perdurou por gerações) e, assim, um apetite instintivo de sermos conduzidos por figuras carismáticas.

Pensámos que o nosso professor exagerava. E, avessos que somos a determinismos, continuámos — e conti-

Carlos Pina *Continua na pág. 24*

o dia da assembleia da república



por João Salgado

Ratificados sem emendas os diplomas do Governo sobre as eleições autárquicas

O Plenário da Assembleia ratificou, sem emendas, os decretos 701-A/76 e 701-B/76, de 29 de Setembro, elaborados pelo Governo, relativos às eleições para as autarquias locais, cuja ratificação tinha sido pedida pelo Partido Social-Democrata e pelo Centro Democrático Social.

Manteve-se, até à última proposta de alteração, o bloco constituído pelos socialistas e comunistas que derrotaram todas as tentativas de emendas ou aditamentos apresentados pelos sociais-democratas e centristas. A votação foi sempre a mesma e os textos dos decretos acabaram por sair do debate, como o Governo os tinha elaborado.

Foram longas sessões onde razões se repetiram, justificações se apresentaram mas que, em nada, conseguiram ter vencimento.

Os contributos e as melhorias que não iriam prejudicar a realização das eleições para os órgãos das autarquias locais, receberam, sistematicamente, a mesma aceitação do PS/PCP: a rejeição.

Ficarão para segundas núpcias, as alterações que toda a Câmara para determinadas matérias — irá aprovar, certamente, por unanimidade, em termos semelhantes aos que foram defendidos pelos parlamentares autores do pedido de ratificação.

Entretanto, as eleições irão realizar-se com esta lei, com as lacunas e defeitos demonstrados nas intervenções e declarações de voto, ao longo de várias sessões.

No período de antes da ordem do dia, Acácio Barreiros, da UDP, apresentou um voto de protesto contra a prisão do major Saraiva de Carvalho. O Plenário rejeitou o voto, com votações contra do Partido Social-Democrata e abstenções dos Partidos Socialistas, Centristas e Comunistas.

Nas intervenções e declarações proferidas pelos deputados dos grupos parlamentares do PS e do PSD, salientaram-se os normativos constitucionais que determinam a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial.

O major Otelo Saraiva de Carvalho — acentuaram — foi punido nos termos da lei militar pelas autoridades competentes, não cabendo à Assembleia da República interferir na legislação militar, da competência do Conselho da Revolução.

Por seu lado, Carlos Brito justificou o voto de abstenção do Partido Comunista, declarando que o seu grupo parlamentar não possuía os elementos essenciais para apreciar com toda a clareza os motivos que levaram à punição do major Otelo.

Finalmente, Rui Pena, salientaria em nome do grupo parlamentar do CDS, que o seu partido ficaria surpreendido pelo facto de o major Otelo Saraiva de Carvalho só agora ter sido preso, sublinhando, ainda, que a abstenção dos centristas, no caso em referência, devia ser interpretada no sentido de que o CDS considerava que a matéria trazida à Assembleia da República pelo deputado da UDP, não continha o significado nem a relevância para que pudesse ser admitida pelo Plenário.

Depois de Zita Seabra, do PCP, ter feito uma análise à política actual do ensino, criticando o MEIC relativamente às posições tomadas por aquele departamento governamental quanto ao ensino unificado, gestão democrática das escolas e instituição do "número clausus" para certas escolas superiores, sublinhando que os comunistas se encontram em total desacordo com a orientação do ministro Sottomayor Cardia, interveio o deputado do CDS, Rui Marrana, para tratar do abandono a que têm sido votadas as minas de carvão de Pejão, no concelho de Castelas de Paiva.

Referindo que as minas de Pejão são, hoje, as únicas minas de carvão, em lava activa, existentes em Portugal, proporcionando cerca de 1200 postos de trabalho, representando a única actividade industrial de relevo no concelho mais pobre do distrito de Aveiro, o deputado centrista lembrou que "os sucessivos governos têm declarado que aquelas minas têm interesse económico-social, mas nada têm feito para o provar, (...), declaração proferida para não criar o desânimo ou não traumatizar os mineiros, com o sabor da mentira piedosa do médico, quando afirma ao moribundo que está cheio de saúde".

Depois de historiar as constantes e sucessivas pressões no sentido de se assegurar o funcionamento das minas, através da aquisição de equipamento necessário, sem o qual cessaria a sua actividade em 1980, o deputado salientou: "nas Minas do Pejão já não há quem acredite, porque se sabe que de relatórios, de papéis, de notas informativas, está a Secretaria de Estado cheia. De decisões está, porém, vazia. A Secretaria de Estado parece querer entricheirar-se burocrática e comodamente atrás de fardos de papéis, aguardando em segurança e recatadamente a morte das Minas do Pejão (...). Os mineiros do Pejão, fartos que estão de palavras ocas e demagogia barata, pretendem uma decisão rápida da Secretaria de Estado de Energia e Minas que lhe assegure o futuro e respeito a sua dignidade de trabalhadores esforçados".

Um livro polémico provoca intervenção parlamentar

Continuação da pág. 1

nham atraindo a uma cidade de que resultou o seu assassinio e a sua morte.

No pós-25 de Abril de 1974 e após constantes e instantes pedidos duma reabertura do processo na qual interveio como elemento preponderante o representante do general Humberto Delgado em Londres, — o antifascista de sempre, António de Figueiredo —, definitivamente, impôs-se a necessidade de descobrir os autores deste nefando crime.

Em 18 de Maio de 1974, em comício realizado no Porto — o primeiro comício do Partido Socialista em liberdade e em Portugal —, Mário Soares denunciava à população os nomes de alguns dos incriminados e manifestava a sua vontade de que se fizesse um julgamento imediato, congratulando-se porque, finalmente, iria ser feita justiça.

Todas as pistas conduziam ao posto da Polícia Internacional da Defesa do Estado, de Vila Verde de Ficalho e ao agente António Gonçalves Semedo que nessa altura comandava esse posto e que tinha colocado em Espanha, a pedido ou em conluio com alguns dos seus colegas espanhóis, uma brigada de agentes dessa sinistra corporação.

Como de forma nenhuma se conseguisse esclarecer este caso, ou melhor, como não fosse possível levar à justiça os seus verdadeiros culpados, o dr. Mário Soares provocou a abertura, em Itália, em Roma, de um novo processo contra o médico Ernesto Maria Bisogno, também implicado no assassinio do general Humberto Delgado.

Da análise dos factos que então foi possível obter, da análise e do contacto com as forças antifascistas e democráticas, resultou à sociedade que, agentes provocadores se tinham infiltrado junto do general Humberto Delgado e que, não obstante os repetidos avisos e os apoios das forças democráticas, o ti-

marada Lopes Cardoso, como a camarada Manuel Tito de Morais, estavam ou estavam implicados nesse nefando crime.

É evidente que, em nenhum momento e em nenhuma altura, o povo português que está farto de golpistas e de provocadores e que sabe perfeitamente que sob os rostos de Tarufo, se coloca para melhor enganar as massas populares, as máscaras de Catão, acreditou sequer numa palavra do que dizia o "soi disant" engenheiro, Henrique Cerqueira.

No entanto, e depois de uma referência de poucos minutos na Emissora Nacional, imediatamente silenciado pela cólera de todos os portugueses e pela indignação de todos nós, o "engenheiro" Henrique Cerqueira permitiu-se publicar um livro que é, esse sim, uma acusação infame contra todos aqueles que pretendem servir-se do general Humberto Delgado, morto, para ilegítimamente o transformar numa bandeira contra os democratas que sempre o defenderam e que felizmente estão vivos, e continuam a defender a sua memória.

É perfeitamente descabelado, é um dos riscos da liberdade de imprensa que é necessário correr-se que, qualquer jornal, especialmente um jornal nacionalizado, quem quer que seja possa dar a um criminoso de direito comum a quem em breve serão pedidas, nos tri-

butunais, as devidas contas pelas suas infâmias e pelos seus crimes. É perfeitamente descabelado que nesta altura alguém possa pôr de qualquer desses antifascistas e democratas como autores directos ou indirectos do assassinio do general Humberto Delgado.

Quem assim fez na altura própria, quando era dono do poder deste País, foi o professor António de Oliveira Salazar que, em comunicação ao País, afirmou que o general Humberto Delgado teria sido assassinado pelas forças democráticas.

Essa calúnia infame que, pura e simplesmente, qualifica um homem, qualifica um sistema e qualifica um regime, é, como se sabe e como se conhece, mais uma das afirmações sensacionalistas que se articulam numa campanha de calúnias e de boatos e de ataque à democracia.

De quem quer que seja, editou os livros que muito bem entender; pode o engenheiro Henrique Cerqueira utilizar-se da liberdade que existe em Portugal, para bolar sobre o camarada Mário Soares, sobre o camarada Lopes Cardoso, sobre o camarada Manuel Tito de Morais, sobre os democratas portugueses, a baba infame das calúnias que constam do seu livro. Simplesmente, depois do processo Roger Salengro, em França, na Frente Popular, nós sabemos distinguir que a força da calúnia não pode de forma nenhuma so-

breve nem resistir à força da verdade; e que, com estas declarações e com este livro o engenheiro Cerqueira qualificou-se perante o povo português, como aquilo que é: um baixo caluniador, um provocador, um fascista e um reaccionário. São estas as palavras, sr. Presidente e sr. Deputados, com esta verificação necessária verdade que me julguei no direito e no dever de publicamente pronunciar, aqui. Foi Zita que, num célebre panfleto se utilizou da expressão "Jaccuse", para defender o judeu Dreyfus, acusado injustamente de traição à sua Pátria.

Pois muito bem! São os mesmos métodos que serviram aos acusadores de Dreyfus que servem também ao engenheiro Henrique Cerqueira para tentar imporcalhar a memória do general Humberto Delgado, o brio e a dignidade dos antifascistas portugueses.

Sr. Presidente, sr. Deputados: esta provocação infame não passará. Somos um País livre; temos uma liberdade de Imprensa; temos tribunaux que saberão punir e, para além da punição dos tribunais, haverá sempre uma punição moral que cairá inexoravelmente, sobre a cabeça dos infames, dos paranoicos e sobretudo, dos fascistas que, desta forma, são capazes de retomar, no nosso País, as calúnias que em esta altura foram levantadas por Salazar."

Manifestação de apoio a Fausto Cruz

Por falta de "quorum", a Assembleia Magna da Academia de Coimbra, para ontem convocada, não chegou a definir uma posição face à política do MEIC.

Embora no início da reunião tivesse número suficiente de estudantes para conferir capacidade deliberativa à assembleia, com o decorrer do primeiro ponto dedicado às informações,

registou-se um abandono da sala de parte de muitos dos presentes, o que anulou a A.G., que continuou apenas como reunião geral de delegados.

No entanto, e ainda enquanto houve "quorum", foram aprovadas várias moções, entre as quais uma relativa à manifestação a efectuar amanhã, quinta-feira, dia em que o estudante Fausto Cruz

será julgado por um tribunal militar. A par desta demonstração de solidariedade com Fausto Cruz, os estudantes decidiram, também, paralisar a Universidade na quele dia.

Por outro lado, foi exigida a "libertação imediata de Otelo" o mesmo tendo sido pedido para Rui Gomes, igualmente preso em Caxias.

Albuquerque de Freitas vai hoje a enterrar

Realiza-se hoje, pelas 10 horas, da igreja de Arroios para o cemitério do Alto de S. João, o funeral do general da Força Aérea, na reserva, João de Albuquerque de Freitas, que, conforme foi largamente noticiado, pôs termo à vida no passado fim-de-semana.

O corpo do malogrado general, que se encontrava há muitos anos na reserva, foi encontrado prostrado com o crânio perfurado por uma bala calibre 38.

Albuquerque de Freitas e Mira Delgado tinham sido recentemente vítimas do sensacionalismo de um jornal afecto ao PCP, que noticiou uma investigação em curso na Polícia Judiciária em que os nomes dos citados oficiais gerais foram alvo de graves acusações por parte do articulista.

O general Freitas, que passara à reserva na sequência do chamado golpe de Botelho Moniz, em 1961, por desinteligências com o Governo de Salazar, a quem dirigira um memorando muito duro nessa época, dedicara-se à actividade comercial através da SAPREL (Sociedade Aero-Portuguesa de Representações, Limitada).

A firma em causa foi objecto de uma investigação levada a efeito pelo Ministério das Finanças do período "gonçalvista", que presume ter detectado graves irregularidades económicas, actualmente objecto de julgamento.

Albuquerque de Freitas, que foi chefe do Estado-Maior da Força Aérea, deixou um testamento escrito, o qual, segundo pessoas próximas da família, confirma a sua intenção de pôr termo à vida e onde afirma nomeadamente a sua vontade de não ser sepultado com a farda de general, "deixando esse privilégio para os actuais generais de aviação, a cujo número me honro de não pertencer".

O general João Albuquerque de Freitas era natural do Funchal e tinha 66 anos. Antigo aluno do Colégio Militar e da Escola Militar. Da sua folha de serviços, para além dos diversos cursos que frequentou em Portugal e no estrangeiro, consta que foi comandante de várias bases operacionais da Força Aérea, professor da Escola do Exército e do Instituto de Altos Estudos Militares. Possuía várias condecorações e inúmeros louvores pela sua acção em prol da Força Aérea e do País.

O seu suicídio causou certa perturbação nos meios políticos e militares, na medida em que círculos ligados à família consideraram como responsáveis morais pelo gesto desesperado, as recentes acusações que lhe foram feitas na imprensa comunista, com especial relevo para as vindas a público no vespertino "Diário de Lisboa", dirigido por Ruela Ramoço Piteira Santos.

Há sete anos

Continuação da pág. 1

Independente com alguns dos próprios candidatos da União Nacional, mas, ao contrário destes, julgou essencial partir de uma posição de independência, na certeza de que o sistema de partido único é o menos indicado para uma vigorosa, persistente afirmação dos direitos humanos. A defesa intransigente da pessoa humana e da sua dignidade esteve sempre em nós aliada à afirmação de que o homem é por natureza comunitário, e portanto, à procura não rrenos insistentes dos caminhos mais adequados ao bem comum nacional. Neste campo, estivemos muitas vezes de acordo com a CEUD ou a CDE, quando combatem os abusos capitalistas; mas não defendemos as teses socialistas mais ou menos radicais que em grande parte animaram a sua propaganda."

Foi nesse tempo que os "Doze Independentes" lançaram teimosamente a divisa "a Independência de Portugal passa pela liberdade dos Portugueses".

Se hoje me atrevo a fazer desta coluna uma página de memórias, é porque vejo a política de hoje revelar de mil modos a verdade dos princípios que então defendíamos. Para o compreender, seria necessário ter presentes as características do sistema político personificado em Marcelo Caetano.

O pendor para o primitivismo amibiano leva muita gente a chamar fascista a tudo que se opõe à rígida ortodoxia marxista-leninista. A concepção unicelular da política, desmentido a milhões de civilização, força os próprios corifeus a mascarar a realidade com falsas ideias-claras, vergonhosamente fáceis. A verdade é que o governo de Caetano não foi uma

forma de fascismo, mas uma forma de liberalização do Estado português.

Conforme pude escrever no *Expresso* (1971?), a política totalmente errada. Não é possível conteúdos, que podiam permitir outros sistemas, mas na forma significativamente histórico. Onde mentalidade de "Esquerda" fe. Onde devia acentuar e fundamentar as mentalidades e a diluí-la. Foi assim que o provas acabadas de autoritarismo rígido do que o do "Estado" que ignorava ou condenava a convivência portuguesa.

O resultado dessa política de de ser. Não foi só a queda de um equivoco monstruoso emquanto em nome do Homem, se tentou e por amor da História, se tentou. Quando me lembro do que a campanha estreita dos trinta e um, uma certa ironia de que o que me nunca antes se encontraram lamentar que o ideal não foi alcançado por muitos daqueles que voz mais alta, e que o ideal parecia por vezes esvaziado humano?

Talvez não seja mera lembrança do 26 de Outubro, a aproximação dos portugueses a uma aproximação de inteligência, seja um acto de inteligência.